



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

MOÇÃO n.º /2021

Pela salvaguarda dos direitos dos trabalhadores das Empresas do Grupo Águas de Portugal

Considerando que:

- O modelo de reestruturação do setor das águas levado a cabo pelo PSD e CDS, à medida dos interesses dos grupos económicos, não salvaguardou o interesse público e a defesa da água como um bem público e precioso, tendo contado com a forte oposição dos trabalhadores, das populações e das autarquias, aquando da criação da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, pela fusão de oito sistemas multimunicipais e a EPAL.
- Com esta fusão não foram protegidos os direitos dos trabalhadores, na medida em que o Acordo de Empresa da EPAL não é aplicado a todos os trabalhadores, cuja gestão e posição contratual foi assumida pela EPAL.
- Neste momento, as desigualdades entre direitos e condições de trabalho são gritantes, em particular quanto a salários, horário de trabalho, dias de férias, subsídio de refeição, subsídio de transporte, subsídio de prevenção entre outros.
- É inaceitável que trabalhadores com as mesmas funções e responsabilidades, trabalhando lado a lado, na mesma empresa, auferam subsídios de refeição com diferenças de quase dois euros entre si; ou que uns tenham subsídio de transporte e outros não, que uns trabalhem 35 outros 40 horas semanais, uns tenham mais férias que outros.
- No que respeita a evolução na carreira, as diferenças são abismais e inaceitáveis.

Considerando ainda que:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

- A reversão parcial da fusão supramencionada, com a autonomização da Águas do Tejo Atlântico e da Simarsul, manteve, incompreensivelmente, as anteriores contradições e desequilíbrios entre condições remuneratórias.

- Continuam a existir atribuições discricionárias de subsídios vários, sem que se responda à necessidade de aumento dos salários e de valorização das carreiras.

Assim, os Vereadores do PCP propõem que a Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária de 17 de Junho, delibere propor ao Governo que:

1. Defenda de forma intransigente a água como um bem público;
2. Promova uma efetiva contratação coletiva nas empresas do Sector Empresarial do Estado;
3. Determine a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores das empresas do Grupo;
4. Garanta que o suplemento de penosidade e insalubridade seja atribuído também aos trabalhadores do Grupo AdP;
5. Promova a valorização dos salários e das carreiras destes trabalhadores.

Lisboa, 17 de Junho de 2021

Os Vereadores do PCP

João Ferreira

Josué Caldeira